

jurisdição da 20ª Zona Eleitoral (Currais Novos/RN), para o biênio 2021/2023, nos termos do voto do relator, parte integrante da presente decisão.

Anotações e comunicações

Natal-RN, em 08 de julho de 2021.

Desembargador Gilson Barbosa

Presidente

ATOS DA CORREGEDORIA

PROVIMENTOS

PROVIMENTO Nº 02, DE 13 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a administração dos livros cartorários no âmbito das Zonas Eleitorais do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

O CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL do Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso II, do Regimento Interno do TRE/RN;

CONSIDERANDO que, com o advento do PJe, muitos livros se tornaram desnecessários, em razão de o processo ser eletrônico;

CONSIDERANDO que, com o advento do Sistema de Oficiais de Justiça, o livro de carga de mandados de oficiais se tornou desnecessário;

CONSIDERANDO que o art. 393 do Código de Processo Penal Brasileiro foi revogado;

RESOLVE:

Art. 1º Os cartórios eleitorais deverão manter devidamente escriturados os seguintes livros:

I - Carga de Autos;

II - Inscrição de Multas Eleitorais;

III - Controle de débitos em Prestação de Contas;

IV - Termos de Audiências;

V - Suspensão Condicional do Processo e Transação Penal;

VI - Averbação do "Sursis";

VII - Atas.

Art. 2º O Livro de Carga de Autos, de folhas presas (encadernado) será utilizado para anotar a retirada de quaisquer autos do cartório por representante do Ministério Público Eleitoral, advogados ou partes, enquanto ainda houver processo físico tramitando, contendo obrigatoriamente os seguintes campos:

I - data da carga;

II - classe, número e ano do processo;

III- protocolo;

IV - nome de quem recebeu os autos (se advogado, mencionar o número do registro na OAB e o telefone);

V - assinatura de quem recebeu os autos;

VI - data da devolução e assinatura do servidor.

§ 1º Os autos retirados devem ser restituídos nos prazos fixados pela lei ou pelo juiz eleitoral, devendo o cartório verificar, semanalmente, se há cargas com prazos de devolução vencidos no respectivo livro.

§ 2º Todos os registros de carga receberão as correspondentes baixas no livro, no momento da restituição dos autos, na presença do interessado, bem como as restituições também devem ser certificadas nos autos com a menção da data do seu recebimento, e feitas as devidas anotações no SADP - sistema de acompanhamento de documentos e processos.

Art. 3º O Livro de Inscrição de Multas Eleitorais, de folhas soltas, servirá para registro das multas eleitorais de qualquer valor não satisfeitas em 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da decisão que as aplicou, mediante o arquivamento do Termo de Multa Eleitoral.

§ 1.º Deve ser registrado no verso do Termo de Multa Eleitoral a remessa para a Procuradoria da Fazenda Nacional, nos casos em que o valor seja superior a R\$ 1.000,00 (mil reais) ou quando referente a processo crime, independentemente do valor da condenação.

§ 2.º As anotações quanto ao pagamento ou eventual parcelamento do débito também deverão ser feitas no verso do respectivo Termo, observando o disposto na Resolução 21.975/04 e na Portaria n.º 288/05, ambas do Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º O registro da multa será numerado sequencialmente, em ordem cronológica, e deverá conter as seguintes informações:

- I - número e ano do processo que deu origem à multa;
- II - nome e qualificação do devedor, inclusive dos solidários, se houver, fazendo constar na qualificação, entre outros dados, o CPF ou CNPJ do devedor, o número de sua inscrição eleitoral e seu endereço;
- III - dispositivo legal infringido;
- IV - o valor da multa aplicada, em algarismos e por extenso;
- V - data da publicação ou notificação da decisão;
- VI - data do trânsito em julgado da decisão;
- VII - data do registro da multa;
- VIII - termo final do prazo para recolhimento da multa;
- IX - assinatura do juiz eleitoral ou chefe de cartório, desde que autorizado por aquele;
- X - data do encaminhamento do Termo de Inscrição de Multa Eleitoral à Procuradoria da Fazenda Nacional;
- XI - quitação da multa pelo devedor, se for o caso;
- XII - comunicação da liquidação da dívida (número e data do documento recebido da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que comunicou o pagamento da dívida), se for o caso;
- XIII - observações.

§ 4º As multas por ausência às urnas não serão registradas no livro a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 5º Na hipótese de o limite de mil reais acima previsto, constante da Portaria 49/2004 do Ministro da Fazenda, vir a ser modificado por ato normativo posterior, deverá ser utilizado o novo valor pelo Cartório Eleitoral.

Art. 4º O Livro de Controle de débitos em Prestação de Contas, de folhas presas (encadernado), será utilizado para o registro dos débitos oriundos dos processos de prestação de contas, tais como devolução de verbas do Fundo Partidário ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, contendo, obrigatoriamente, os seguintes campos:

- I - número e ano do processo que deu origem à devolução dos valores;
- II - nome e qualificação do devedor, fazendo constar na qualificação, entre outros dados, o CPF ou CNPJ do devedor, o número de sua inscrição eleitoral e seu endereço;
- III - o valor do débito em algarismos e por extenso;
- IV - data da publicação ou notificação da decisão;
- V - data do trânsito em julgado da decisão;
- VI - data da devolução e assinatura do servidor;
- VII- observações (anotações outras referentes ao débito).

Art. 5º O Livro de Termo de Audiências, de folhas soltas, será utilizado para arquivar cópias dos termos de todas as audiências realizadas em qualquer tipo de feito registrado no cartório eleitoral

(processo criminal, representações, carta precatória etc.), enquanto ainda houver processo físico tramitando.

Art. 6º O Livro de Suspensão Condicional do Processo e de Transação Penal, de folhas soltas, destina-se ao registro dos nomes dos beneficiados pela suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/95) ou pela transação penal (art. 76 da Lei 9.099/95) e conterá:

- I - natureza do benefício (transação penal ou suspensão condicional do processo);
- II - número e ano dos autos em que foi obtido o benefício;
- III - zona eleitoral na qual foi homologado o benefício;
- IV - nome do beneficiado e sua qualificação da forma mais completa possível, indicando a filiação, data de nascimento, naturalidade, profissão, estado civil, número do título eleitoral, identidade e outros;
- V - condições da suspensão ou da transação;
- VI - data da homologação do benefício;
- VII - se houve revogação do benefício;
- VIII - data da extinção da punibilidade, pelo cumprimento das condições ou outra causa legal;
- IX - observações.

Art. 7º O Livro de Averbação do Sursis, de folhas soltas, será utilizado toda vez que for concedida ao réu a suspensão condicional da pena e conterá:

- I - número de ordem;
- II - número e ano do processo;
- III - qualificação completa do beneficiado (filiação, data de nascimento, naturalidade, profissão, estado civil, número do título eleitoral, identidade e outros);
- IV - pena e dispositivo penal violado;
- V - data da condenação;
- VI - condição do *sursis*;
- VII - data da audiência admonitória;
- VIII - endereço residencial do beneficiado;
- IX - data do cumprimento da condição;
- X - data do cancelamento do benefício ou da decisão que extinguiu a punibilidade.

Art. 8º O Livro de Atas, de folhas presas (encadernado) ou de folhas soltas (com os campos obrigatórios), destina-se ao registro de atas relacionadas ou não ao processo eleitoral, a exemplo das atas de apuração de eleições, de instalação de comissões (de transporte, alimentação, etc), de oficialização de sistemas de eleições, de diplomação de candidatos, de reuniões, visitas e solenidades realizadas no âmbito das Zonas Eleitorais, contendo obrigatoriamente o inteiro teor das respectivas atas.

Parágrafo Único. As Atas referentes às mesas receptoras de votos e às mesas receptoras de justificativas não deverão constar neste livro.

Art. 9º. Os livros de folhas presas (encadernados) serão manuscritos, enquanto o de folhas soltas utilizará folhas impressas ou fotocopiadas, devendo ser encadernados após seu encerramento.

Parágrafo Único. Os livros terão preferencialmente 200 (duzentas) folhas, as quais devem ser numeradas e rubricadas pelo Chefe de Cartório, no momento da juntada.

Art. 10. Em todos os livros serão lavrados termos de abertura e de encerramento devidamente assinados pelo juiz eleitoral ou pelo Chefe de Cartório, desde que expressamente autorizado.

Art. 11. As ocorrências relevantes, como folha em branco, certidões de cancelamento de atos, entre outras, deverão ser consignadas no próprio livro, à medida em que ocorrerem.

Art. 12. Além dos livros obrigatórios, poderá o Chefe de Cartório utilizar outros livros que julgar úteis à organização do cartório e ao bom andamento do serviço eleitoral.

Art. 13. A escrituração de todos livros deve ser feita em vernáculo e sem abreviaturas, utilizando-se tinta indelével de cor preta ou azul, devendo ser evitados erros, omissões, emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas.

Parágrafo único. Cometidos erros na escrituração, estes deverão ser ressaltados de forma legível com a anotação "sem efeito", seguida da assinatura de quem a fez.

Art. 14. Os livros e documentos, em andamento ou findos, serão mantidos devidamente ordenados e conservados em local adequado e seguro.

Art. 15. Este provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Provimento CRE/RN n.º 4/2014.

Publique-se. Cumpra-se.

Natal, 13 de julho de 2021.

DESEMBARGADOR CLAUDIO SANTOS

Corregedor Regional Eleitoral

Anexo I

TERMO DE INSCRIÇÃO DE MULTA ELEITORAL
DEVEDOR

Nome:

Qualificação: Endereço:

CPF/CNPJ:

CO-RESPONSÁVEIS E DEVEDORES SOLIDÁRIOS (se houver)

1. Nome:

Qualificação:

Endereço:

CPF/CNPJ:

2. Nome:

Qualificação:

Endereço:

CPF/CNPJ:

3. Nome:

Qualificação:

Endereço:

CPF/CNPJ:

VALOR DA MULTA:

DISPOSITIVO LEGAL INFRINGIDO:

NÚMERO DO PROCESSO/ACÓRDÃO:

DATA DA PUBLICAÇÃO OU NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO: ____/____/____.

DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO: ____/____/____.

TERMO FINAL DO PRAZO PARA RECOLHIMENTO DA MULTA:

INSCRIÇÃO N.º _____, REGISTRADA ÀS FLS. ____ DO LIVRO DE INSCRIÇÃO DE MULTAS
ELEITORAIS EM ____/____/____.

Assinatura do Juiz Eleitoral ou Chefe de Cartório (expressamente autorizado pelo Juiz Eleitoral)

Obs. 1: remeter à PFN/RN apenas as cópias dos documentos indispensáveis à inscrição, a saber, sentença,

acórdão, certidão de trânsito em julgado, inicial e certidão com a data de notificação do devedor para pagamento da dívida, e não todo o processo eleitoral, que deverá permanecer em cartório;

Obs. 2: é imprescindível informar o CPF ou CNPJ do devedor, sob pena de não se poder realizar a inscrição; no caso de coligações, como não possuem CNPJ, conforme orientações da PFN, devem ser indicados, no documento, os CNPJs dos partidos que a compõe.

Anexo II

Modelos de Termo de Abertura e Termo de Encerramento de livro cartorário

TERMO DE ABERTURA

Aos ____ dias do mês de _____ de _____ é feita a abertura deste Livro de

_____, que contém _____ folhas, tipograficamente numeradas de 01 (um) a _____ (_____) e por mim rubricadas. _____, _____ de _____ de _____.

Chefe de Cartório da _____ª Zona Eleitoral

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este livro contém _____ folhas, tipograficamente numeradas de 01 (um) a _____ (_____) e por mim rubricadas, e servirá para o fim especificado no Termo de Abertura.

_____, _____ de _____ de _____.

Chefe de Cartório da _____ª Zona Eleitoral

ATOS CONJUNTOS

PORTARIAS

PORTARIA N.º 118/2021 - GP

Delega competência ao titular da Diretoria-Geral da Secretaria do TRE/RN para a prática de ato administrativo que especifica.

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX, do Regimento Interno do Tribunal,

RESOLVE:

Art. 1º Delegar ao titular da Diretoria-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, ou ao respectivo substituto, nos casos de faltas, afastamentos e impedimentos daquele, até ulterior determinação, a competência para atuar como responsável pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do TRE/RN perante a Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Natal/RN, 13 de julho de 2021.

Desembargador Gilson Barbosa

Presidente

PORTARIA N.º 117/2021 - GP